

Contas Nacionais

1995 - 2004

RETROPOLAÇÃO DA BASE 2000 DAS CONTAS NACIONAIS ANUAIS

O INE apresenta pela primeira vez o conjunto integrado e consistente dos principais quadros do Sistema de Contas Nacionais Portuguesas (SCNP), Base 2000, para o período de 1995 a 2004.

Introdução

Concluindo o exercício de retropolação da Base 2000, o INE apresenta pela primeira vez o conjunto integrado e consistente dos principais quadros do Sistema de Contas Nacionais Portuguesas (SCNP) para o período de 1995 a 2004.

Com a disponibilização de séries longas de Contas Nacionais, o INE fornece aos potenciais utilizadores informação macroeconómica com um elevado grau de homogeneidade que, nomeadamente, poderá ser útil para fins de modelização da economia portuguesa.

O exercício de retropolação sobre os quadros de recursos/empregos (QRE), divulgado em Julho de 2005, foi agora actualizado e completado com a retropolação sobre as contas dos sectores institucionais e respectivos quadros das contas económicas integradas (QCEI).

A retropolação das bases permite disponibilizar séries de agregados das contas nacionais, completamente consistentes e comparáveis por períodos mais alargados. Neste caso, os procedimentos metodológicos identificados para a Base 2000 do SCNP foram aplicados à série anterior da Base 1995, período de 1995 a 1999.

Aproveitando este exercício, decidiu-se também actualizar os dados de 2000 a 2004, harmonizando alguns procedimentos que foram adoptados ao longo deste período mais recente, assim como incorporando nova informação que entretanto ficou disponível.

Principais alterações

Os QRE's do período de 1999 a 1995 que já tinham sido retropolados foram agora actualizados pela integração dos dados autónomos estimados no âmbito das contas dos sectores institucionais. Esta actualização introduz alterações nos seguintes aspectos:

- Produção não mercantil das Administrações Públicas e Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias e respectivo efeito na Despesas de Consumo Final;
- Produção e sectorização dos Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos (SIFIM) e respectivo efeito nas componentes da Despesa.

Ao nível das fontes de informação, destaca-se a incorporação da série revista da Balança de Pagamentos, disponibilizada pelo Banco de Portugal no primeiro trimestre de 2007.

Os principais resultados apresentam-se nos quadros seguintes:

Quadro 1: Taxas de crescimento das componentes da despesa

		em percentagem									
		1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Média
Produto Interno Bruto	em valor	6,3	8,2	8,8	7,2	7,1	5,8	4,7	2,3	4,0	6,0
	em volume	3,6	4,2	4,8	3,8	3,9	2,0	0,8	-0,8	1,5	2,6
Despesa final dos particulares (S14+S15)	em valor	6,2	6,6	7,4	7,7	7,3	4,7	4,4	2,9	5,1	5,8
	em volume	3,2	3,7	5,0	5,3	3,7	1,3	1,3	-0,2	2,5	2,9
Despesa final das Administrações Públicas (S.13)	em valor	8,3	7,8	9,7	9,3	11,1	7,7	6,7	3,6	5,8	7,8
	em volume	3,8	1,9	6,2	4,1	3,6	3,3	2,6	0,2	2,6	3,1
Formação Bruta de Capital	em valor	7,6	17,6	15,3	9,8	6,7	3,5	-2,5	-7,2	5,1	6,2
	em volume	4,2	13,3	12,8	7,8	2,1	1,2	-4,7	-8,3	2,5	3,4
Exportações de bens e serviços	em valor	4,7	9,7	10,2	3,3	14,2	2,7	1,4	2,4	5,6	6,0
	em volume	5,8	6,2	8,5	3,0	8,4	1,8	1,4	3,9	4,0	4,8
Importações de bens e serviços	em valor	6,7	12,7	12,6	7,8	14,3	1,2	-2,4	-2,6	9,1	6,6
	em volume	5,1	9,8	14,2	8,6	5,3	0,9	-0,7	-0,9	6,7	5,4

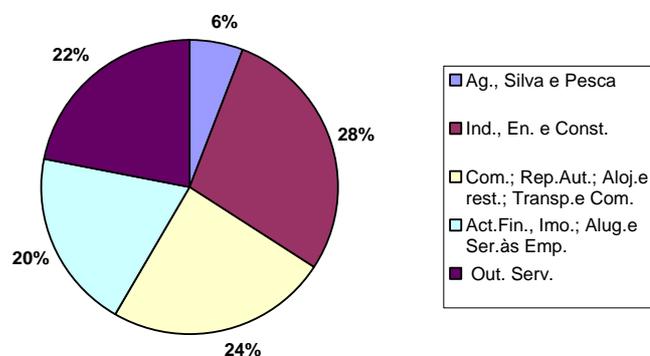
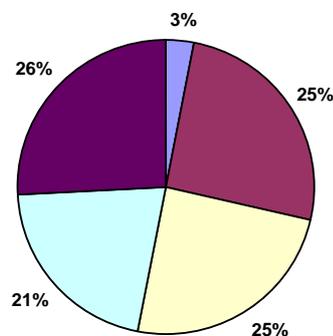
Como se pode verificar o crescimento anual do PIB em volume atingiu o seu maior valor em 1998 e apresentou um valor negativo em 2003. As componentes que apresentaram maior irregularidade ao longo da década considerada, em termos de crescimento em volume anual, foram o investimento (formação bruta de capital) e as importações, as quais apresentam também a maior taxa de crescimento médio em volume (5,4 %).

Em termos nominais, o maior crescimento médio foi atingido pela despesa final das administrações públicas (7,8%) no período de referência.

Quadro 2: Taxas de crescimento das componentes da oferta

		em percentagem									
		1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Média
Produto Interno Bruto	em valor	6,3	8,2	8,8	7,2	7,1	5,8	4,7	2,3	4,0	6,0
	em volume	3,6	4,2	4,8	3,8	3,9	2,0	0,8	-0,8	1,5	2,6
Valor Acrescentado Bruto a preços de base	em valor	6,0	8,3	8,1	6,9	7,6	5,9	4,4	2,3	4,0	5,9
	em volume	3,5	4,1	4,0	3,2	3,9	2,4	0,8	-0,5	1,7	2,6
- Agricultura, Silvicultura e Pesca	em valor	1,2	-9,3	0,3	-0,7	1,8	0,8	-3,6	0,0	1,6	-0,9
	em volume	3,8	-9,3	-4,6	4,7	-4,8	-3,2	2,4	-2,2	5,9	-0,8
- Indústria, Energia e Construção	em valor	8,4	9,1	7,3	5,2	4,6	4,7	2,5	-1,4	2,3	4,7
	em volume	7,0	6,6	3,7	1,2	3,7	2,1	-1,5	-2,3	0,4	2,3
- Comércio; Reparação Automóvel; Alojamento e restauração; Transportes e Comunicações	em valor	4,4	9,6	8,1	6,0	8,2	7,6	4,3	1,5	5,4	6,1
	em volume	1,0	5,0	4,7	3,7	5,6	2,9	0,0	-1,4	3,5	2,8
- Actividades Financeiras, Imobiliárias; Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	em valor	3,1	10,5	10,0	9,7	8,0	5,3	4,2	5,3	3,5	6,6
	em volume	2,9	6,0	6,6	7,0	4,8	4,2	2,3	2,2	1,4	4,2
- Outras Actividades de Serviços	em valor	8,8	8,3	9,4	8,8	11,5	6,8	7,8	4,9	5,2	7,9
	em volume	2,3	1,3	3,3	1,6	3,1	1,7	2,5	0,4	0,9	1,9
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	em valor	8,2	7,4	13,3	9,7	3,4	4,9	7,2	2,5	3,9	6,7
	em volume	4,5	5,0	10,5	8,0	4,1	-0,8	0,8	-3,0	0,4	3,3

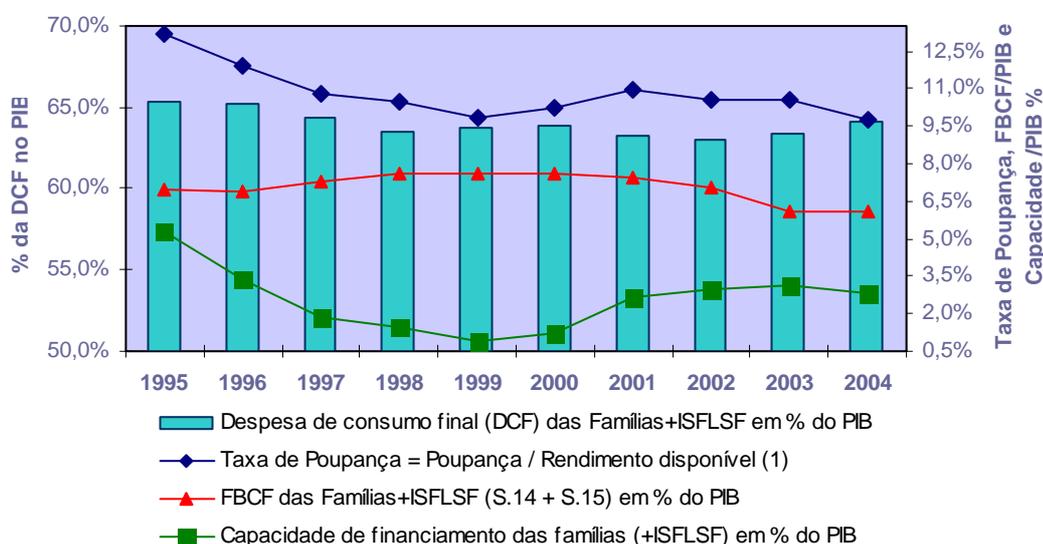
O quadro 2 permite ter uma visão geral dos diversos comportamentos das actividades económicas no período de referência. Como mais dinâmicas destacam-se as actividades relacionadas com serviços financeiros, serviços de intermediação imobiliária e serviços prestados às empresas. No pólo oposto situa-se o grupo de actividades respeitantes à agricultura, silvicultura e pescas que apresentam também a maior irregularidade nas taxas de crescimento anuais. Nos gráficos seguintes mostra-se como estas diferentes dinâmicas das actividades e a alteração dos preços relativos se traduziram numa alteração da composição do VAB, destacando-se a redução dos pesos relativos da agricultura, silvicultura e pescas e da indústria, energia e construção, e o aumento do peso relativo dos serviços.

Composição do Vab em 1995

Composição do Vab em 2004


Em termos de contas por sectores institucionais, este exercício permitiu ainda evidenciar algumas modificações na economia portuguesa ao longo do período de referência. Algumas destas alterações são apresentadas nos gráficos seguintes.

A taxa de poupança das Famílias (incluindo as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias) registou uma redução progressiva até 1999, não apresentando uma tendência evidente no período posterior.

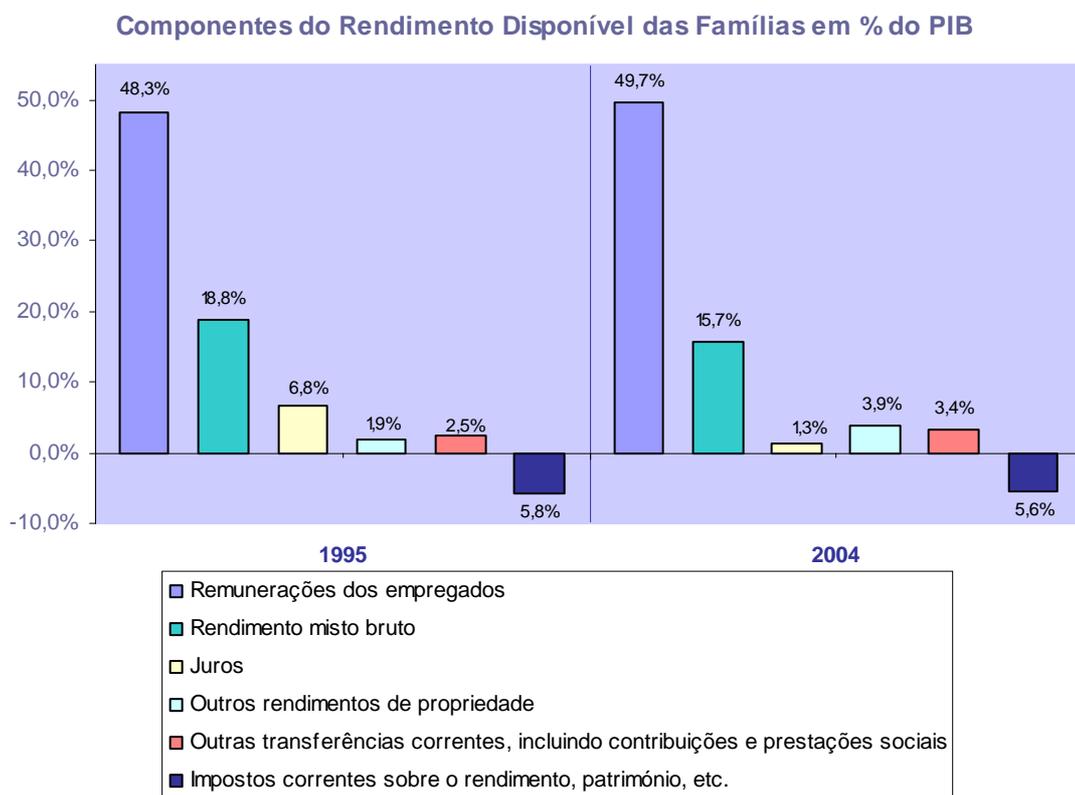
Despesa, Poupança e Capacidade de financiamento das Famílias (+ISFLSF)



(1) Rendimento Disponível ajustado pela variação da participação da Famílias nos fundos de pensões

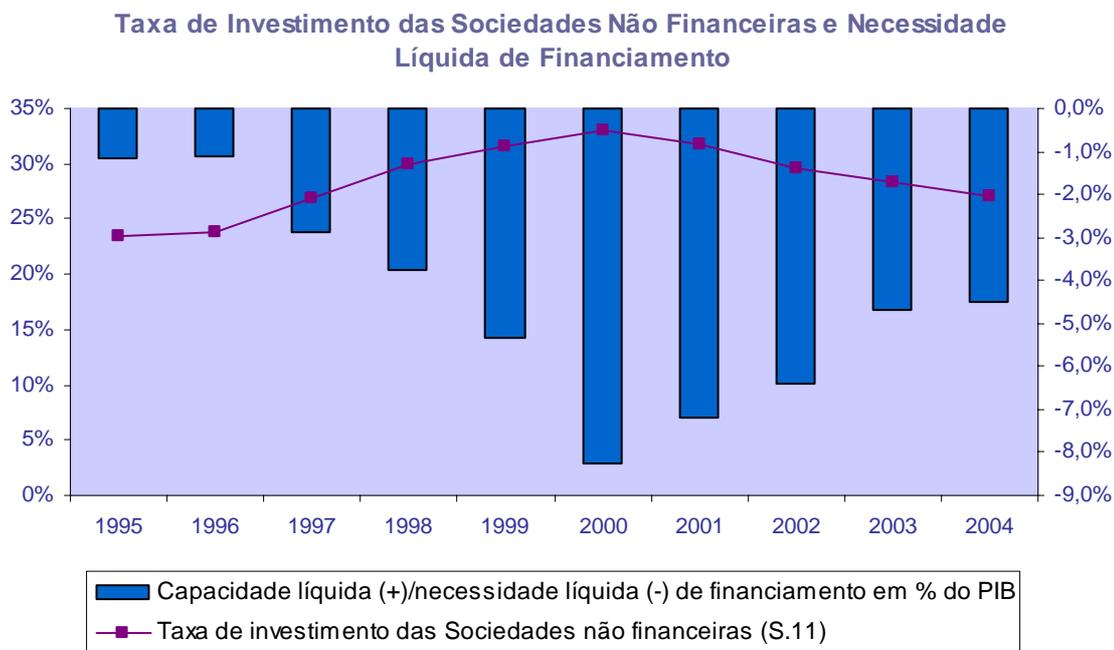
Em 2000 assiste-se a uma ligeira recuperação da taxa de poupança mantendo-se sem alterações significativas até 2004 aliado a uma relativa estabilidade dos níveis de consumo neste período. Por outro lado, a recuperação da capacidade das famílias a partir de 2001 está associada, em grande medida, ao menor peso do investimento nas suas despesas.

Os juros líquidos recebidos pelas famílias reduziram-se substancialmente passando de 6,8% do PIB em 1995 para 1,3% em 2004



Apesar de não constituir a componente com o peso mais significativo no Rendimento Disponível das Famílias, o saldo dos juros recebidos menos os pagos regista uma quebra assinalável ao longo do período em contrapartida do crescimento do saldo dos restantes rendimentos de propriedade. Este facto deriva de vários efeitos conjugados, por um lado, a opção por outro tipo de aplicações financeiras para além dos depósitos bancários e, por outro lado, no período mais recente, o efeito da evolução das taxas de juro sobre os créditos, em particular os relativos à aquisição de habitação. Relativamente às outras componentes do rendimento disponível, é ainda de registar os crescimentos dos salários e das transferências correntes e a um crescimento mais significativo de outros rendimentos.

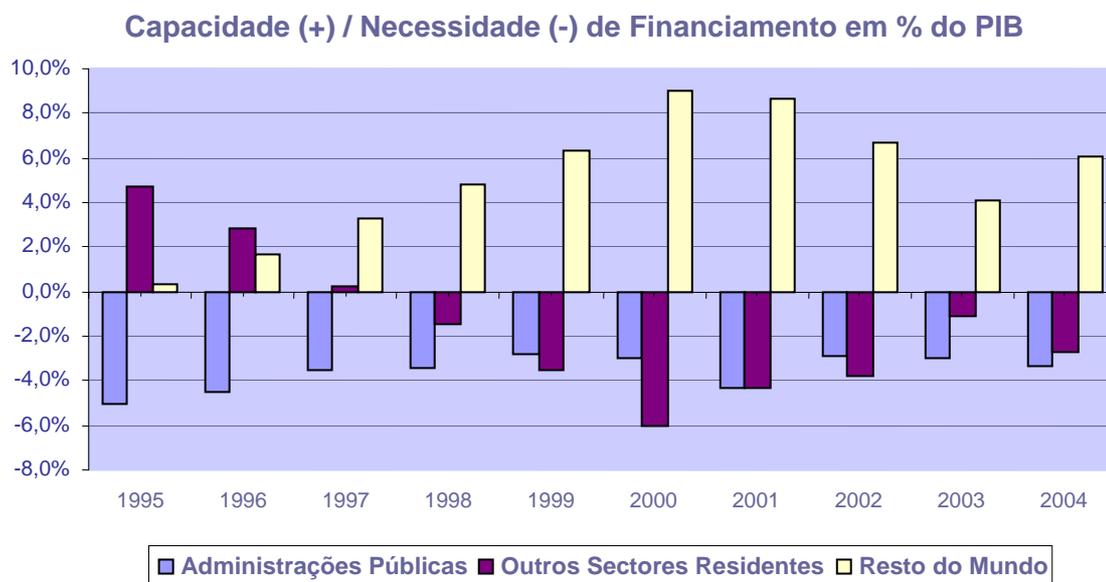
Em 2000 a taxa de investimento das Sociedades não-financeiras(*) atingiu o seu máximo, diminuindo gradualmente nos 4 anos seguintes.



(*) Nota: taxa de investimento = formação bruta de capital fixo / valor acrescentado bruto em percentagem

O crescimento da taxa de investimento foi acompanhado por um forte aumento das necessidades de financiamento das Sociedades não-financeiras, que atingiram um nível superior a 8% do PIB em 2000. Nos três anos seguintes, verificou-se uma redução expressiva das necessidades de financiamento deste sector

As necessidades de financiamento externo da economia portuguesa, aumentaram significativamente até 2000. Nos três anos seguintes houve uma redução dessas necessidades que foi interrompida em 2004.



A dinâmica apresentada pelas necessidades de financiamento externa reflecte sobretudo no início do período a redução acentuada do saldo dos sectores residentes excluindo Administrações Públicas. Este movimento esteve associado quer a uma redução da capacidade de financiamento das famílias quer ao aumento da necessidade de financiamento das empresas.